

SOBRE O OBJETO DE ESTUDO DA HISTÓRIA DA LINGUÍSTICA

Luciano Monteiro

Orientadora: Telma Cristina Pereira

Coorientadora: Francine Iegelski

Doutorando

RESUMO: Este trabalho compara as concepções de Sylvain Aurox e Konrad Koerner sobre a escrita da história da linguística e aponta as semelhanças e diferenças entre suas perspectivas, tendo como objetivo avaliar até que ponto essas abordagens oferecem ferramentas adequadas para a investigação do objeto de minha pesquisa de doutorado. Para isso, apresento uma breve descrição deste objeto, o I Congresso da Língua Nacional Cantada de 1937, e exponho os interesses de pesquisa que orientam minha leitura das abordagens historiográficas em questão. O fio condutor da análise são as propostas de Koerner e Aurox sobre a utilidade da pesquisa em história da linguística e suas respectivas definições sobre o objeto de estudo dessa especialidade. Depois de indicar o rendimento de cada uma dessas abordagens, aponto aspectos que não foram tematizados por nenhum dos autores e proponho uma formulação diferente para a questão do objeto da história da linguística, que me permita inscrever a pesquisa que desenvolvo no escopo dessa especialidade. Adoto como quadro teórico o debate metodológico da História das Ciências, campo disciplinar que ambos os autores reconhecem como referência incontornável para as pesquisas em história da linguística.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia da Linguística; História das Ideias Linguísticas; História das Ciências; política linguística; Mário de Andrade

Introdução

Embora os pesquisadores do campo dos estudos da linguagem se dediquem à reflexão sobre o passado da sua área pelo menos desde o final do século XVIII, o debate sobre como escrever a história da linguística é algo bem mais recente. O interesse pela historiografia da linguística surge de forma mais sistemática na segunda metade do século XX a partir da ramificação da pesquisa sobre a linguagem em subáreas cada vez mais

específicas e da convivência entre filiações teóricas divergentes dentro do mesmo campo disciplinar.

Essa pluralidade de perspectivas suscitou interpretações diversas sobre o passado da linguística, resultando em polêmicas sobre a ocorrência ou não de rupturas teóricas e sobre o status atribuído a diferentes especialidades a partir de então. O debate sobre a escrita da história da linguística emerge nesse contexto, em meados da década de 1970, como forma de submeter tamanha diversidade de perspectivas a critérios metodológicos capazes de orientar os pesquisadores na interpretação do passado da disciplina.

Neste artigo, discuto a partir de meus interesses de pesquisa as duas principais orientações metodológicas desse campo de estudos – a História das Ideias Linguísticas, de Sylvain Auroux, e a Historiografia da Linguística, de Konrad Koerner. Apresento as perspectivas teóricas¹ de cada autor e comparo suas concepções sobre o objeto de estudo da história da linguística e suas avaliações sobre as contribuições que essa especialidade tem a oferecer.

Um objeto marginal

Este trabalho é fruto de uma pesquisa de doutorado – em andamento – sobre o I Congresso da Língua Nacional Cantada (CLNC) de 1937, que foi concebido e organizado por Mário de Andrade no âmbito do Departamento de Cultura (DC) da cidade de São Paulo. O objetivo do evento era estabelecer um padrão “culto” de pronúncia que fosse representativo do Português do Brasil, indicar a sua adoção em nível nacional no canto lírico, no teatro e na recitação e tornar obrigatório o seu ensino em instituições públicas de todo o país. Meu interesse é analisar essa iniciativa não apenas como criação de uma nova variedade padrão, mas principalmente como tentativa de construir um fato científico legítimo que pudesse responder às inquietações estéticas e ideológicas do período.

O Congresso ocorreu meses antes do autogolpe que instituiu o Estado Novo, durante o breve intervalo democrático introduzido pela Constituição de 1934. Na época boa parte da intelectualidade brasileira havia se engajado em projetos de construção nacional para modernizar e civilizar o país, no intuito de equipará-lo às nações desenvolvidas. O caso de Mário de Andrade não foi diferente. Em sua carreira como

¹ Agradeço à professora Marli Quadros Leite (USP) pela oportunidade de interlocução a respeito das abordagens historiográficas de Koerner e Auroux durante a sua participação na IX Jornada de Estudos de Linguagem do Instituto de Letras da UFF.

escritor, crítico e gestor público, ele se dedicou, por um lado, a estabelecer os critérios para a construção da identidade nacional através da literatura e das artes e, por outro, a formular e implementar políticas culturais capazes de “abrasileirar o Brasil”.

Antes de ser nomeado diretor do DC, ele se dedicou ao projeto da *Gramatiquinha da Fala Brasileira* – mas acabou por abandoná-lo – e publicou diversos artigos na imprensa defendendo, enquanto escritor, a necessidade de uma língua brasileira “cultura” que fosse independente da norma estabelecida por Portugal e adequada à realidade linguística do país. Já na direção do DC, Mário de Andrade pediu a ajuda de Antenor Nascentes e Manuel Bandeira para realizar uma pesquisa de Fonética Experimental – a primeira realizada no país. Os resultados foram expostos durante o Congresso, na comunicação “Pronúncias regionais do Brasil”, apresentada por Manuel Bandeira.

O relato detalha a gravação em disco das falas de informantes de sete regiões² do país, que foi realizada em duas etapas: a primeira consistia na leitura de um texto padrão para examinar os traços contrastivos das pronúncias; a segunda consistia na recitação de duas orações da tradição católica – *Pai Nosso* e *Ave Maria*. Os informantes eram todos homens e alfabetizados e os critérios utilizados na sua convocação levavam em conta a origem dos pais, o grau de instrução (“culto” ou “inculto”) e o período em que tinham permanecido fora da região de origem. Esse levantamento forneceria os subsídios para a determinação do padrão de pronúncia nacional.

Embora a atuação de Mário de Andrade ofereça elementos fundamentais para se compreender a amplitude das motivações para o CLNC, não podemos ignorar que o evento também foi o resultado da participação de artistas locais e de intelectuais oriundos de diferentes regiões do país. Na época, o campo dos estudos da linguagem era bastante incipiente no Brasil. O primeiro curso universitário de Letras, criado na Universidade de São Paulo (USP) em 1934, formava sua primeira turma. Em sua maioria, os pesquisadores em atividade não eram formados – tinham diplomas de outros cursos, mas atuavam como autodidatas no campo da linguagem – e sua produção intelectual baseava-se em referenciais teóricos bastante variados.

A linguística estrutural ainda não havia sido introduzida no Brasil e a filologia era a abordagem predominante. Havia na época uma convicção generalizada entre os

² Embora esclareça diversos aspectos metodológicos, o relato da pesquisa não informa o critério utilizado por Antenor Nascentes no estabelecimento das sete zonas fonéticas.

intelectuais sobre a importância dos recentes avanços científicos para o desenvolvimento do país. A ciência permitiria descrever a realidade local e, com base no seu diagnóstico, encontrar soluções adequadas para os problemas brasileiros. Nesse contexto, a filologia ficava numa posição fragilizada, por ser uma especialidade dedicada ao estudo de textos escritos legados pelo passado num país de maioria analfabeta cuja identidade linguística encontrava-se concentrada na linguagem oral do presente. O interesse crescente da intelectualidade brasileira pela dialetologia impunha uma revisão da agenda de pesquisas vigente.

Este cenário se traduziu no grande volume de comunicações apresentadas no Congresso por intelectuais que compareceram na condição de representantes do seu estado. Muitos deles adotaram como modelo a pesquisa pioneira realizada por Amadeu Amaral³ e redigiram monografias descritivas sobre suas próprias variantes regionais, que eram referidas de formas muito diversas – como “pronúncia cearense”, “subdialeto do Ribeira”, “linguagem sul-rio-grandense”, “vozes regionais do Paraná do extremo oeste”, entre outras. A expectativa era que cada descrição contribuísse direta ou indiretamente para a construção do padrão de pronúncia nacional preconizado pelo evento.

Altman observa que, embora a abordagem dialetológica tenha surgido no Brasil como expressão de interesses alheios ao campo acadêmico, propondo um programa de investigações inteiramente diverso daquele que orientava a filologia, mais tarde as duas rubricas acabariam por se integrar, formando uma mesma tradição de pesquisa.

[...] mesmo com o crescente interesse pelos dados contemporâneos da modalidade oral da língua, em detrimento da modalidade literária – privilegiada pela Filologia – não surgiu um novo grupo de especialidade em conflito com o já existente. Não foi difícil aos dialetólogos serem aceitos como pares pelos filólogos. E tampouco aqueles que produziram no programa de investigação da dialetologia rejeitaram, para si, a designação de filólogos. [...] A Dialetologia brasileira, portanto, enquanto programa de levantamento de dados das variantes regionais do Português do Brasil e enquanto grupo de especialidade, foi incorporada, como tal, ao programa da Filologia e adquiriu, dessa maneira, legitimidade. (ALTMAN: 1998, p.73)

A competição entre essas duas abordagens teria início na década de 1930 com a polêmica sobre a existência ou não de uma “língua brasileira”. A intensidade desse debate levou Edith Pimentel Pinto a afirmar que “o período que vai de 1920 a 1945 é, sem contestação, o mais denso e tenso de toda a história da língua portuguesa no Brasil”

³ Ver AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. São Paulo: O Livro, 1920.

(PINTO: 1981, p.XIII). Receio que não tenhamos hoje a dimensão da importância dessa controvérsia na história dos estudos da linguagem no Brasil. A animosidade provocada pelo tema faria estudiosos da área hesitarem na maneira de se referir à língua utilizada no país, o que deu origem a uma série de nomenclaturas alternativas que não denotavam um posicionamento contrário ou favorável a nenhuma das propostas.

Mesmo entre os especialistas em assunto de língua não é rara a imprecisão, que trai, frequentemente, uma atitude de reserva, de fuga ao compromisso de designar taxativamente como *português* a língua do Brasil, ou, ao contrário, ao compromisso de assumir claramente a defesa da *língua brasileira*. As meias-tintas garantiriam, assim, uma indefinição pelo menos provisória. Vejam-se, a propósito, as teses apresentadas ao Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada, reunido em São Paulo, em 1937: sob a capa de expressões como *língua nacional*, *linguajar nacional*, *nosso linguajar*, eludia-se o problema, equacionado para outros em termos de *dialeto* (PINTO: 1981, p.XIII).

A centralidade assumida pela questão da “língua nacional” será compreendida com maior clareza se, além do ideário nacionalista próprio desse período, considerarmos o interesse crescente da opinião pública por questões diversas relacionadas à linguagem. Na imprensa periódica e até mesmo no rádio, surgiam espaços de interação com o público destinados a esclarecer as suas dúvidas, no formato de “consultório linguístico”. No campo editorial, a publicação de obras como tratados ou manuais de língua e literatura alcançaria números impressionantes tanto em relação à tiragem quanto à variedade de títulos (cf. PINTO: 1981, p.XLIII).

O debate só foi retomado por uma iniciativa governamental após o Estado Novo, com a redemocratização do país. Na ocasião, foi criada uma comissão, formada por escritores, professores e jornalistas, para dar uma resposta definitiva ao problema. Com base na autoridade científica da Filologia, ficou decidido que a “língua nacional” era a “língua portuguesa”, pois não havia entre o Português do Brasil e o de Portugal diferenças estruturais que permitissem considerá-los como duas línguas distintas. A questão foi dada por encerrada e, desde então, o debate sobre a designação da língua tem sido referido por estudiosos da área como uma anedota ilustrativa sobre a diferença entre ciência e ideologia.

A exemplo disto, Edith Pimentel Pinto afirma que a argumentação utilizada pelos defensores da “língua brasileira” combinava “velhos conceitos sempre repetidos e já exauridos [...] com divagações extralinguísticas” (PINTO, 1981, p.XXXIX-XL); que a perpetuação de designações como “língua nacional”, “idioma nacional” e “língua pátria”

acabaram “por cimentar, nas classes menos cultas, a ignorância a respeito da língua do Brasil” (PINTO, 1981, p.XVII). Essa avaliação, perpetuada pela formação universitária, contribui para as leituras anacrônicas que constituem o senso comum sobre a história dos estudos da linguagem.⁴

Atualmente, o desenvolvimento das pesquisas em política da linguagem nos permite entender que a designação de uma língua não é a simples consequência de um parecer técnico. Nomear uma língua é, antes de tudo, uma operação simbólica baseada numa decisão política⁵ – portanto ideológica –, algo que extrapola a concepção de língua como sistema abstrato cuja realidade última encontra-se no nível estrutural (ou intralinguístico). Sem dúvidas, se os defensores da “língua brasileira” saíssem vitoriosos, o Brasil não seria, no mundo, o único a falar uma língua estruturalmente semelhante à de outro país, mas com uma designação própria.

Criticar a ciência produzida no passado, apontando sua incompletude diante do conhecimento disponível no presente, é um sintoma da ausência de compreensão sobre as condições sociais, culturais e políticas que possibilitam a construção do saber em cada contexto histórico. A consciência da historicidade das ideias e das práticas científicas é o que nos permite compreender a diferença epistemológica entre passado e presente, prevenindo avaliações presentistas e teleológicas. Mas a situação não poderia ser diferente, já que o desenvolvimento dessa consciência depende de uma formação metodológica em Historiografia da Linguística, e não apenas do contato com documentos históricos.

⁴ Koerner analisa três casos clássicos na bibliografia de história da linguística em que a semelhança entre as perspectivas de dois autores do passado resultou na suposição infundada de “influência” do primeiro sobre o segundo – a suposta influência de Herder sobre Humboldt, de Darwin sobre Schleicher e de Durkheim sobre Saussure. A atribuição desse tipo de relação intelectual sem a necessidade de comprovação documental e a sua aceitação acrítica demonstram o quanto a ausência de consciência histórica – expressão do autor – caracteriza a percepção dos linguistas sobre o passado da disciplina (cf. KOERNER, Konrad. O problema da ‘influência’ na historiografia linguística. In: KEMMLER, Rolf; ALTMAN, Cristina (Org.). *Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados*. Vila Real: Centro de Estudos em Letras, Univ. de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014. p.92-102).

⁵ Cooper (1997) recomenda “observar los usos simbólicos de un idioma estatuído y no su valor práctico inmediato”, pois “la designación de idiomas estatuídos es una maniobra de manipulación de símbolos políticos” (p.124-125). Calvet (1997) considera que “la política lingüística [...] comienza realmente cuando se renombra, y uno de los efectos de las leyes lingüísticas se manifiesta a veces simplemente en el nombre que el texto jurídico asigna a las lenguas” (p.32).

A autora emitiu um parecer semelhante sobre as investigações realizadas na época, destacando que “a falta de metodologia para pesquisas dialetológicas, que garantisse recolha fidedigna e registro preciso dos dados, impediu que o material apresentado pelas monografias, então abundantes, fosse aproveitado para demarcação de áreas linguísticas” (PINTO, 1981, p.XXXII). E menosprezou, com base nos avanços posteriores da linguística, as questões debatidas à época, afirmando que “conhecimentos de Dialetologia e de Linguística, assim como das relações língua-sociedade, língua-indivíduo (campo atual da Sociolinguística e da Psicolinguística), refletidos em citações, nem sempre pertinentes, constituíam, com raras exceções, apenas informação” (PINTO, 1981, p.XXXIX-XL).

O interesse pelas citações acima reside na clareza com que expressam posições amplamente difundidas no âmbito dos estudos da linguagem. Essas posições se baseiam na ideia iluminista de ciência como saber não situado, produzido a partir de um *sujeito universal* do conhecimento, e desconsideram o contexto histórico e cultural como fator determinante do quadro epistemológico – como se experiência humana fosse a mesma em todas as épocas e culturas e os saberes ficassem suspensos na atemporalidade, à espera do seu descobridor. Essa concepção contrapõe ciência e ideologia, encarando a história de uma disciplina como processo evolutivo linear, resultante da acumulação progressiva de conhecimentos verdadeiros.

Se a perspectiva predominante nos estudos da linguagem considera como objeto de estudo da história da linguística apenas os saberes e os fatos científicos outorgados pelo estado atual das ciência da linguagem; se o interesse dos linguistas pela história de sua disciplina privilegia os objetos cuja relevância possa ser avaliada retrospectivamente, em detrimento de objetos cujo impacto em sua época acabou por ser invisibilizado, devido às mudanças de perspectiva teórica ocorridas posteriormente, como é possível investigar o CLNC – uma iniciativa de política linguística que fracassou e que teve por base um quadro de referência teórico considerado equivocado ou insuficiente pela linguística contemporânea?

As abordagens de Koerner e Auroux

Para responder a essa questão, discutirei as principais orientações metodológicas vigentes na área – a História das Ideias Linguísticas, sistematizada por Sylvain Auroux,

e a Historiografia da Linguística, proposta por Konrad Koerner –, considerando que cada uma delas remete a um determinado quadro de referência teórico e a um conjunto específico de pressupostos. Interessa-me verificar a definição do objeto de estudo e a finalidade da investigação histórica segundo essas abordagens, para avaliar em que medida cada uma delas poderia me auxiliar na investigação sobre o Congresso e se há questões que permanecem sem resposta.

Ambos os autores têm uma obra bastante vasta, ainda com poucas traduções para o português e com mais títulos disponíveis em formato impresso do que em digital, fator que é determinante para a abrangência da análise aqui apresentada. Exponho a perspectiva de Auroux com base em seu livro *A revolução tecnológica da gramatização* e em alguns dos artigos reunidos na coletânea *A questão da origem das línguas, seguido de A historicidade das ciências*. E apresento a abordagem de Koerner a partir de alguns dos artigos que foram reunidos na coletânea *Quatro décadas de historiografia linguística* e em seu verbete para o manual *History of the language sciences*.

Sylvain Auroux é pesquisador emérito de História das Ideias Linguísticas do *Centre National des Recherches Scientifiques* da França e foi o criador dessa abordagem. Sua obra pode ser descrita como o trabalho de um filósofo interessado em filosofia linguagem e história do pensamento linguístico. Ele aborda a ciência de uma perspectiva epistemológica e opera no quadro da longa duração, privilegiando a identidade entre conceitos, teorias e métodos utilizados em diferentes períodos históricos. Sua perspectiva vincula-se ao campo da história das ideias, que investiga os modos de perceber e de pensar que caracterizam uma civilização inteira ou um período histórico abrangente.

No conjunto de seus trabalhos sobre a História das Ideias Linguísticas, destacam-se temas como o impacto da invenção da escrita na história do pensamento linguístico, a emergência e a difusão do processo de gramatização nas sociedades ocidentais, a construção de categorias para a descrição linguística em diferentes culturas e períodos históricos e os fatores determinantes que impulsionaram o desenvolvimento da reflexão sobre a língua.

Essa abordagem não enfoca correntes teóricas específicas, mas antes um conjunto de concepções e representações amplamente difundidas que perpassam diferentes tradições de pensamento ao longo dos séculos e privilegia a continuidade entre as diferentes formas de perceber, conceituar e analisar os fatos linguísticos. Auroux

considera a ciência como um fenômeno social coletivo e o conhecimento como uma realidade histórica resultante de uma atividade cognitiva cada vez mais especializada.

Antes de definir o objeto de estudo da História das Ideias Linguísticas, ele propõe uma distinção entre técnica e conhecimento. A técnica corresponde aos saberes práticos, que não se baseiam numa representação e não resultam da reflexão – já o conhecimento remete a saberes representados e reflexivos, saberes cuja formulação depende de uma reflexão prévia e que admitem novas formulações. Auroux classifica esses dois modos de pensar a língua como saber epilinguístico (não representado e não reflexivo) e saber metalinguístico (representado e reflexivo). Segundo ele,

a continuidade entre o epilinguístico e o metalinguístico pode ser comparada com a continuidade entre a percepção e a representação física nas ciências da natureza. [...] O saber linguístico é múltiplo e principia naturalmente na consciência do homem falante. Ele é epilinguístico, não colocado por si na representação, antes de ser metalinguístico, isto é, representado, construído e manipulado enquanto tal com a ajuda de uma metalinguagem (AUROUX, 2009, p.17).

O objeto da História das Ideias Linguísticas seria, para Auroux, “o saber metalinguístico constituído e/ou em via de constituição, qualquer que seja sua proximidade (“linguística popular”) ou sua distância em relação à consciência epilinguística” (AUROUX, 2009, p.18). Auroux afirma também que ao investigar o pensamento linguístico de diferentes períodos históricos é necessário “situar nosso objeto em relação só a um campo de fenômenos, apreensíveis à altura da consciência cotidiana. Seja a linguagem humana, tal como ela se realizou na diversidade das línguas; saberes se constituíram a seu respeito; este é nosso objeto” (AUROUX, 2009, p.14).

O objetivo da investigação histórica consiste em “colocar a questão global da mudança (por que, como, quando) e da essência dos objetos submetidos à mobilidade”, o que permite reconhecer que “saberes situados diferentemente no espaço-tempo” não selecionam “os mesmos fenômenos ou os mesmos traços dos fenômenos” (AUROUX, 2009, p.12 e 14). O ato de saber deve ser analisado em sua espessura temporal, a qual só poderá ser compreendida a partir de uma representação histórica – a ser construída pelo pesquisador.

Para construí-la, é necessário situar o saber investigado em relação ao *horizonte de retrospectão* – seu contexto de produção e os conhecimentos correlatos que possibilitaram a sua emergência – e ao *horizonte de projeção* – a demanda por novos

saberes e as perspectivas abertas por essa possibilidade. Auroux sustenta que, para compreender o cenário intelectual investigado, é necessário reconstituir a co-presença, no mesmo período, de saberes surgidos em momentos históricos diferentes, indicando de que maneira essas ideias dialogam no contexto examinado (cf. AUROUX, 2008).

Konrad Koerner nasceu na Polônia e é professor emérito de Linguística e Filologia da Universidade de Ottawa, no Canadá. Sua obra apresenta uma perspectiva sociológica, influenciada pela obra de Thomas Kuhn e de outros autores de história das ciências, e privilegia – ao contrário de Auroux – as rupturas teóricas (descontinuidades) na história do pensamento linguístico. Seus trabalhos discutem o caráter situado das ideias e das práticas científicas, enfocando autores específicos ou correntes de pensamento linguístico, e analisam criticamente a produção historiográfica dos linguistas.

Ele propôs a abordagem conhecida como Historiografia da Linguística e fundou em 1974 uma revista homônima para publicar as pesquisas baseadas nesse referencial. Embora não se refira explicitamente à perspectiva metodológica de Auroux, Koerner (2014) acredita que ainda não há “um quadro de trabalho de aceitação generalizada que oriente a pesquisa” sobre história da linguística. Para justificar essa avaliação, ele apresenta sua definição sobre o objeto de estudo da história da linguística. Segundo ele,

a história da linguística não deve ser tratada como um ramo da história das ideias, pelo menos não a partir do advento da filologia histórico-comparativa de inícios do século XIX. Isto, porque a linguística, diferentemente da filosofia, por exemplo, é uma ciência que tem que lidar (usualmente) com fatos empiricamente verificáveis, assim como com (frequentemente bastante complexas) teorias e, ao mesmo tempo, com práticas de pesquisa bastante rigorosas, e não meramente com ideias gerais sobre a natureza da linguagem (KOERNER, 2014, p.56).

Neste sentido, Koerner se aproxima da perspectiva do epistemólogo e historiador das ciências Georges Canguilhem. Ao discutir a especificidade do objeto da história das ciências, Canguilhem sustenta que essa especialidade trata de saberes que têm uma história e que são, eles mesmos, história, enquanto a ciência delimita objetos a-históricos e compreende os fenômenos a partir de leis universais, independentes das condições históricas e sociais. Diferente do cientista, o historiador das ciências não investiga o objeto de estudo da própria ciência, mas a historicidade dos discursos e das práticas correntes no interior da comunidade científica em determinado contexto histórico.

Koerner acredita que a história da linguística deve ser desenvolvida dentro do próprio campo da linguística, pois seu objetivo é “fornece[r] aos linguistas praticantes o

material para adquirir conhecimento do desenvolvimento do seu próprio campo”. Essa consciência histórica seria, segundo o autor, a diferença fundamental entre o cientista e o técnico:

o cientista sabe de onde vieram as técnicas e quais são as suas limitações; o assistente de laboratório, que controla somente a arte mecânica do ofício, não o sabe, e facilmente pode ficar bloqueado, quando um procedimento não produz o resultado desejado (KOERNER, 2014, p.13).

Embora defenda – preocupado com a sobrevivência dessa especialidade – que a história da linguística seja desenvolvida como ramo da linguística, Koerner propõe que essa especialidade não se torne “meramente subserviente à disciplina” e que desempenhe “uma função comparável à da história da ciência para o cientista das ciências naturais” (KOERNER, 2014, p.23).

Diante da inexistência de uma disciplina sobre história da linguística nos cursos de graduação em Letras e da recorrência de trabalhos meramente descritivos ou leituras presentistas e teleológicas, Koerner propõe três princípios metodológicos capazes de prevenir alguns equívocos muito básicos. O primeiro deles é o *princípio de contextualização*, que enfoca o “clima de opinião geral do período”, conectando a produção intelectual investigada com pensamento corrente em seu contexto e com as circunstâncias políticas e econômicas. O segundo é o *princípio de imanência*, que se refere à necessidade de interpretar as fontes documentais de uma perspectiva historiográfica, procedendo a uma análise textual – se possível filológica – para identificar a especificidade do vocabulário técnico corrente no período.

Somente após essas duas etapas, o pesquisador poderia aplicar o *princípio de adequação*, que consiste em fazer aproximações entre as categorias conceituais encontradas nas fontes e a conceituação contemporânea. Fora isso, Koerner sugere que “pelo menos um conhecimento superficial da sociologia da ciência e [...] uma compreensão da dinâmica das redes sociais de qualquer organização científica, poderiam fazer ao historiador da linguística algum bem” (KOERNER, 2014, p.55).

Embora Koerner enquadre como objeto de estudo da história da linguística “as teorias da linguagem (bem como as teorias da linguística), a sua aplicação e a sua evolução através do tempo” (KOERNER, 2014, p.46), sua abordagem investiga o pensamento linguístico do passado, considerando a sua especificidade epistemológica e sua relação com o ambiente social, cultural, político e econômico. Neste sentido, a

Historiografia da Linguística se concentra nas teorias, mas não prioriza a dimensão conceitual, procurando situar o saber na singularidade de seu contexto histórico.

Considerações finais

Condenar as perspectivas teóricas e a produção intelectual do passado com base naquilo que, à primeira vista, parecem “erros”, equivale a discutir com um personagem histórico como se ele fosse um contemporâneo; como se seu trabalho partisse do estado de conhecimento em que nos encontramos, e não de um contexto intelectual desconhecido, que precisa ser reconstruído por meio da pesquisa histórica. Para evitar essa leitura equivocada e presentista, Auroux criou o conceito de *horizonte de retrospectão* e Koerner propôs o *princípio da contextualização*.

Ao investigar o passado de uma disciplina qualquer, o pesquisador se depara com um universo epistemológico e cultural bastante diferente do seu, onde, por exemplo, a palavra que designa um determinado conceito aparece de maneira semelhante ao uso que conhecemos hoje, mas o conceito a que ela se refere naquele momento é bem diferente da concepção a que a mesma palavra nos remete atualmente. Essa diferença epistemológica, ocultada pela semelhança vocabular, só poderá ser identificada a partir da contextualização, e o levantamento dessas ocorrências nas fontes documentais é o que Koerner chama de *princípio da imanência*.

A rigor, embora haja aspectos convergentes entre as duas abordagens, seus autores se propõem a alcançar objetivos bastante diversos. A História das Ideias Linguísticas enfoca a continuidade e investiga na longa duração os saberes e as representações sobre a linguagem, abstraindo as singularidades dos diferentes contextos, assim como as atitudes e os interesses dos atores históricos envolvidos. Já a Historiografia da Linguística trabalha com recortes cronológicos mais curtos e se concentra na contextualização do saber, nas relações entre o conhecimento e as circunstâncias políticas e econômicas em que foi produzido, enfocando a descontinuidade entre perspectivas teóricas que se sucederam historicamente.

A orientação metodológica proposta por Auroux coloca em segundo plano uma série de aspectos fundamentais para se compreender um objeto como o CLNC. Aspectos como o ambiente político saturado da época, a institucionalização incipiente do campo dos estudos da linguagem no país, a influência do debate estético modernista na agenda

de pesquisas da área de estudos da linguagem e o protagonismo de Mário de Andrade, Antenor Nascentes e outros estudiosos cujos nomes figuram com frequência nos anais do evento.

A perspectiva de Koerner é orientada para a investigação de recortes cronológicos menores e explora as relações entre o conhecimento produzido numa época e a dimensão sociológica do trabalho intelectual, questão que aparece de forma implícita e recebe pouca atenção na abordagem de Auroux. Por outro lado, Koerner não avança na análise de fatos científicos como modos de perceber que foram construídos historicamente, ou seja, como uma interpretação possível a partir de escolhas epistemologicamente situadas. Neste sentido, me parece que as ênfases que caracterizam as abordagens de Koerner e Auroux os aproximam, respectivamente, das perspectivas *externalista* e *internalista*, tradicionais no campo da história das ciências.

O *externalismo* baseia-se na abordagem da Sociologia do Conhecimento e investiga as relações entre a ciência e a sociedade, analisando, por exemplo, o processo de institucionalização e seu impacto no desenvolvimento da ciência, a difusão de ideias ou práticas científicas e sua recepção em diferentes contextos locais, a formação da comunidade científica de uma especialidade e a construção de suas identidades socioprofissionais, a relação entre as aplicações da ciência e a produção de conhecimentos novos, a influência das práticas sociais (externas ou internas à comunidade científica) sobre o conhecimento produzido.

Já a perspectiva *internalista* parte do enfoque epistemológico da Filosofia da Ciência, privilegiando a discussão teórica, e investiga questões como a mudança conceitual, o surgimento de novos objetos de estudo, a criação de métodos, protocolos de verificação e critérios de validação, a retomada de ideias científicas do passado num momento posterior e as relações (de assimilação ou de exclusão) entre duas teorias. Atualmente, os autores do campo da história das ciências se esforçam para superar a dicotomia *internalismo* x *externalismo*, objetivo que convém incorporar ao instrumental metodológico da história da linguística.

Ambas as abordagens delimitam seu objeto de estudo sem levar em conta casos como o CLNC. Suas concepções privilegiam aquilo que tenha contribuído para que a disciplina se desenvolvesse em direção à sua configuração atual. Diante disso, cabe perguntar se o surgimento de uma concepção sobre a língua dentro do campo de estudos

especializado ou a construção de um fato científico (nas dimensões da ciência da época) não seriam condição suficiente, independentemente do êxito alcançado pela iniciativa, para que se tenha um objeto digno de ser estudado pela história da linguística.

REFERÊNCIAS

ALTMAN, Maria Cristina. *A Pesquisa Linguística do Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas, 1998.

AUROUX, Sylvain. *A questão da origem das línguas, seguido de A historicidade das ciências*. Campinas: RG, 2008.

_____. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Unicamp, 2009.

CALVET, Luis-Jean. *Las políticas lingüísticas*. Buenos Aires: Edicial, 1997.

CANGUILHEM, Georges. O objeto da História das Ciências. *Estudos de História e Filosofia das Ciências*. Tradução Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. p. 1-16.

COOPER, Robert L. *La planificación lingüística y el cambio social*. Tradução José María Perazzo. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

KOERNER, Konrad. *Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados*. Vila Real: Centro de Estudos em Letras, Univ. de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014. Disponível em: <https://www.utad.pt/cel/wp-content/uploads/sites/7/2018/05/CEL_Lingu%C3%ADstica_11.pdf>.

PINTO, Edith Pimentel. Introdução. In: PINTO, Edith Pimentel (Org.). *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos vol. 2: 1920-1945 – Fontes para a teoria e a história*. São Paulo / Rio de Janeiro: EdUSP / Livros Técnicos e Científicos, 1981. p. XIII–LII.